



EDUCAÇÃO

Com a afirmação de que “se você acha a educação cara, tente a ignorância”, Derek Bok, ex-reitor da Universidade de Harvard, em Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos, definiu com precisão a importância da educação para o desenvolvimento de um país, região, ou mesmo um vilarejo rural.

Segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) da ONU-Organização das Nações Unidas, o tempo médio de escolaridade de um brasileiro em levantamentos efetuados em 2010-2011 e publicados em 2013 era de 7,2 anos. Em comparação aos outros países da América do Sul é que se pode avaliar a extensão do caos.

De acordo com a pesquisa, em primeiro lugar está o Chile (9,7 anos), seguido pela Argentina (9,3), Bolívia (9,2), Peru (8,7), Guiana (8,5), Uruguai (8,5), Paraguai (7,7), Equador (7,6), Venezuela (7,6), Colômbia (7,3) e, por último, empatado com o Brasil, o Suriname (7,2). O Ministério da Educação na época contestou essas informações afirmando que o tempo de escolaridade pesquisado pelo IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi de 7,4 anos. Considerando esta nova informação, o Brasil deixaria, então, a lanterna e ultrapassaria a Colômbia. Agora, sim!

Na comparação mundial o Brasil ocupava a 97ª posição dentre 168 países avaliados. Os países “medalhas de ouro, prata e bronze” na pesquisa foram Noruega com 12,6 anos; Nova Zelândia, 12,5, e EUA, 12,4.

No levantamento efetuado pelo PNUD, o índice de adultos (pessoas acima de 15 anos de idade, segundo critérios do programa) alfabetizados no Chile era de 98,6%, sendo o primeiro da lista sul-americana, enquanto o Brasil, com 90,3%, apresentava situação melhor apenas em relação ao Peru (89,6%).

No entanto, nosso País liderava o pelotão da América do Sul no quesito evasão escolar no ensino fundamental, onde o que se almeja é ficar na lanterna. Com impressionantes 24,3% de evasão escolar, o Brasil está comprometendo o futuro de seu desenvolvimento, e essa conta será cobrada. A Colômbia apresentava os menores níveis de evasão, com 1,5% demonstrando que sua política educacional pretende ampliar significativamente o tempo de escolaridade de sua população. O Chile vinha na penúltima posição com 2,6% de evasão, seguido pelo Uruguai, com 4,8%.

Na pecuária leiteira, a falta de conhecimento gerada pela educação pouco eficiente e de qualidade questionável pode ser retratada pelos índices de produtividade muito aquém dos desejados e dos possíveis de serem alcançados, como demonstram várias propriedades espalhadas pelo País, que já os atingiram.

A produtividade média estimada da atividade leiteira no Brasil não ultrapassa 2.000 litros de leite por ha/ano. A consequência deste fato, além da não geração de renda que permita uma vida digna nas propriedades, é o desestímulo à permanência dos

filhos no meio rural. Muitos pais incentivam seus descendentes, quando veem neles a intenção de ingressar em uma faculdade, a buscar cursos fora da área das ciências agrárias. É comum no meio rural ouvir: “Não quero que meus filhos continuem na roça. Aqui a vida é sofrida. Trabalha-se muito, o ganho é pouco e se vive com extrema dificuldade”.

A debandada dos jovens que vivem no campo não é reflexo único e exclusivo da ausência de vocação. Há uma parcela considerável e não definida a ser atribuída à falta de perspectiva de uma vida melhor, caso optem por permanecer. A falência financeira de muitas propriedades leiteiras tem contribuído expressivamente para a perda de cabeças brilhantes, que certamente ajudariam no desenvolvimento do setor. A julgar pela quantidade de profissionais bem-sucedidos nas cidades que adquirem uma fazendinha no anseio de resgatar o vínculo perdido com a terra, ou os que desejam investir na melhora da situação da propriedade de seus pais, irmãos e tios, trata-se de uma população considerável.

Ao aliar o conhecimento tácito dos produtores ao obtido nos bancos escolares por profissionais de nível médio e superior que se especializaram e se capacitaram para exercer o papel de extensionistas, a propriedade poderá trabalhar no sentido de vislumbrar produtividades de, no mínimo, 20.000 litros de leite por ha/ano. Imagine uma propriedade familiar que tenha apenas 5,0 ha de área útil destinados à atividade leiteira.

Ao considerar o preço de venda do leite a R\$ 1,00 o litro e uma acanhada renda líquida de 20%, mensalmente esta pequena propriedade estaria faturando R\$ 1.666,67 mensais, valor que certamente seria transformado em melhoria substancial da qualidade de vida ou reinvestido na atividade. A produção média de leite vendido diariamente, neste caso, seria de quase 275 litros. No entanto, a produtividade realmente buscada ao se somar os conhecimentos, está na casa dos 100 litros de leite vendidos por hectare útil por dia, ou seja, 36.500 litros por hectare por ano, permitindo voos bem mais altos.

Esperar que o Brasil acorde e tome jeito é uma posição cômoda que nos conduzirá a lugar nenhum. Será uma espera de décadas para que algo de importante aconteça. Tome a atitude correta e leve o conhecimento para o seu mundo, livrando-se do flagelo da ignorância. Como sugestão para um primeiro, simples e fundamental passo, caso ainda não o tenha feito, ensine seus filhos a respeitarem os professores.

O destino de cada um de nós não está nas mãos do governo de turno e, sim, nas nossas. Portanto, vá à luta!

Artur Chinelato de Camargo é engenheiro agrônomo, pesquisador da Embrapa Pecuária Sudeste, de São Carlos-SP, e membro do Conselho Editorial de **Balde Branco**.

NOTA: A fazenda Capão do Cipó, localizada em Castro-PR, da Fundação ABC, polo de fundamentais pesquisas em agropecuária, invadida em 24 de agosto de 2015, infelizmente, ainda (até 30.09.2016) continua ocupada, o que é um absurdo, aguardando decisão judicial.

BALDE BRANCO

Conselho editorial
Vidal Pedroso de Faria,
Artur Chinelato de Camargo,
Paulo do Carmo Martins,
Tadashi Fujimori e
Nelson Rentero

Editor
Nelson Rentero (Reg. MTb 12.839)
rentero@uol.com.br

Diagramação e arte
Casa da Arte
cdadesign.com.br

Colaboradores

Beth Melo,
João Antônio dos Santos,
Luiz H. Pitombo, Ana Smidt,
Miro Negrini,
Rafael Ribeiro,
Glauro Menegheti, Rafael Ribeiro,
Edson Lemos,
Rubens Neiva, Frederico Velasco,
Glauro Rodrigues Carvalho e
Emerson Alvarenga

Diretoria Comercial

Marianna Correa
marianna.correa@terra.com.br
(11) 2081-2163 e (11) 9-9975-6429

Executiva de negócios

Naira Barelli
naira.barelli@baldebranco.com.br
(11) 2081 3045

Assinaturas: baldebranco@baldebranco.com.br
(11) 2081-3045 e 0800 7715181 (ligação gratuita) –
Fax: (11) 2081-3144

Alexandre Morais – alexandre.morais@baldebranco.com.br
Paula Nocetti – paula.nocetti@baldebranco.com.br

Coordenação administrativa

Cristiane Melo
cristiane.melo@baldebranco.com.br
(11) 2081-2579

Balde Branco, consciente de sua responsabilidade ambiental e social, utiliza tinta vegetal na impressão desta edição.

Impressão
Log & Print Gráfica e Logística S.A.
Revista produzida com sistema CTP

Edição: 20.000 exemplares

Assinatura anual: R\$ 105,00
Exemplar atrasado: R\$ 10,50

• Autorizamos a reprodução total ou parcial de nossos artigos, desde que mencionada a fonte.

Redação, administração, publicidade e assinaturas: Rua Parque Domingos Luis, 126 – São Paulo, SP – CEP: 02043-080 – telefones: (11) 2081-3045 / 2081-2163 / 2081-2579 – fax: (11) 2081-3144.

• Os conceitos emitidos nos artigos assinados ou nos anúncios de publicidade são inteiramente de responsabilidade de seus autores, não traduzindo necessariamente a opinião da revista.

Balde Branco é uma publicação registrada no INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial sob nº 006333770 de 10/06/86 e na Lei de Imprensa (6ª Ofício) sob nº 20963 de 12.01.90.



facebook.com/revistabaldebranco